



Para não dizer que não falei das flores

Li um livro cujo título não me larga: *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Não foi bem a pergunta que ficou comigo, foi a inquietação. Como uma sociedade que conquistou a liberdade deixa, aos poucos, de reconhecê-la como um bem a proteger?

Sabemos descrever com precisão os sinais dessa morte. Falamos pouco do que mantém uma democracia viva. O título destas linhas faz eco a uma canção dos tempos de chumbo, que lembrava que a vida não cabe inteira na resistência. Ainda hoje é preciso perguntar por que, num tempo sombrio, nos limitamos a denunciar o que ameaça e raramente dizemos o que queremos fazer brotar.

Democracias raramente morrem de uma vez. Continuam realizando eleições, abrindo parlamentos, preservando as formas, enquanto as normas da convivência vão sendo afrouxadas, uma a uma. É uma erosão lenta, que só se percebe quando o terreno já cedeu.

Minha geração conhece o preço da liberdade. Viveu a censura, o medo e a violência política, e ajudou a reconstruir o que foi destruído. Fez da memória uma trincheira e da Constituição de 1988 um patrimônio a guardar. Mas democracia não é patrimônio: é cultivo. Depende de cuidado contínuo e precisa responder ao que não existia quando foi escrita, como a crise climática, as novas tecnologias e a transformação do trabalho.

Concebo a democracia, por isso, como um campo de diversidade e fertilidade, onde o novo brota sempre, ressurgindo a cada dia, se revitaliza e convive com tantas outras inovações. Dessa convivência nasce uma harmonia, mas só quando o campo é bem tratado, bem regado, bem colhido. Seu vigor vem do pluralismo, não da ausência de conflito.

O oposto é a terra devastada, cinzenta, queimada pelo autoritarismo, pelo abandono e pelo apego a verdades



únicas e absolutas. É a monocultura do pensamento: onde só uma verdade é admitida, nada mais nasce.

Esse campo só permanece fértil se a democracia souber escutar, e transformar-se a partir do que escuta. É a escuta que liga as instituições à vida. Quando lideranças, elites e política se afastam da realidade que grita lá fora, no Brasil profundo, onde o povo vive e deseja, o espaço vazio não fica vazio: dão-se nele as ervas daninhas do ressentimento e da verdade única. A vida segue para a frente, e as aspirações mudam com ela. Quem insiste no discurso do passado já

não atrai as aspirações novas. Escutar é andar com o povo, de pé no chão, e deixar-se mudar pelo que se ouve.

Hannah Arendt chamou de natalidade a capacidade humana de recomeçar: cada pessoa que nasce inaugura algo novo no mundo. Uma democracia viva acolhe esse recomeço em vez de temê-lo.

A internet é, nesse cenário, uma ferramenta, e como toda ferramenta exige saber usá-la. Tudo indica que o que provoca indignação rende mais do que o que provoca entendimento, e que acabamos achando o outro mais hostil do que ele é. O adversário vira

caricatura, e caricatura não se escuta.

O ódio agrega porque oferece pertencimento imediato: cria um "nós" a partir de um "eles" e simplifica o mundo. A democracia precisa de outra força de união, a que se faz pelo futuro e não pelo inimigo. E há uma fronteira que não se negocia: reconhecer no outro a mesma dignidade.

Por isso falo de um novo iluminismo. Sinto que vivemos uma nova idade das trevas: apesar do avanço técnico, perdeu-se a visão holística da vida, e o conhecimento se compartimentou. Falo de resgatar uma racionalidade complexa, não mais cartesiana, que integra mente, espiritualidade e emoção. Dessa síntese pode nascer um sentido para a humanidade que inclui, agrega e une, e que por isso é amoroso. O ódio é filho da separatividade. Se perdermos a

capacidade de amar, perdemos o que nos sustenta como projeto de sobrevivência.

Esse sentido não é a restauração do antigo, nem o velho vestido de novidade. É o que ainda se projeta e não tem nome. Nenhuma geração entrega à seguinte um futuro pronto. Entrega princípios, memória, instituições e a liberdade para que quem chega imagine o que ainda não conseguimos imaginar.

Alayde Sant'Anna é procuradora federal aposentada, mestre em direito e Estado e especialista em ciência política